

SOCIEDADE | **ERVA POLÊMICA**

O QUE É IMPORTANTE SABER  
PARA SE POSICIONAR SOBRE A

# LEGALIZAÇÃO DA MACONHA

**ZERO HORA ENTREVISTA** juristas, policiais, psiquiatras, parlamentares, simpatizantes e inimigos da cânabis, em um debate sobre o impacto que a mudança das leis teria na criminalidade e na saúde pública

**NILSON MARIANO**

**N**unca se discutiu tanto, se divergiu com tal vigor e se polemizou à exaustão sobre a maconha como nos últimos meses. Será que o Brasil está preparado para legalizar a marijuana, a exemplo do que ocorre em parte dos EUA e no Uruguai? Ou, analisando-se por outro ângulo, será que o país pode descartar a lei vigente, a qual proíbe o uso da erva?

Para ajudar a iluminar o cenário, ZH ouviu cientistas, médicos, psiquiatras, policiais, religiosos, juristas, parlamentares, ativistas, simpatizantes e inimigos da maconha. A polêmica está longe de um consenso. E não pode ser resumida a uma simples disputa entre legalizar ou proibir. Afinal, a dúvida persiste há mais de 10 mil anos, desde que os primitivos asiáticos sapeavam as folhas estriadas da cânabis em rituais: estamos diante de uma erva maldita ou de uma planta com poderes terapêuticos miraculosos?

São vários os caminhos que se oferecem, além de liberar ou vetar. Há quem prefira avaliar somente a utilidade medicinal do canabidiol, indicado a pacientes que sofrem de convulsões e epilepsias causadas por doenças graves. O interesse deslançou em janeiro, quando a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) liberou a importação do remédio, mediante autorização e prescrição médica. Quanto às demais propriedades do vegetal, continuariam banidas.

Diferentes possibilidades estão sob exame. Uma delas é manter a proibição da maconha, mas abrandando as penalidades. Isso ocorreria por uma mudança na lei, a qual descriminalizaria o chamado uso recreativo, sob a justificativa de que reduziria os danos à saúde e a violência decorrente do narcotráfico. Ninguém seria castigado por fumar um baseado.

A proposta com maior potencial de atrito é a da legalização. Uma parcela deseja seguir o modelo do Uruguai e de Estados norte-americanos, onde o plantio, a produção e o comércio es-

tão sob o controle de governos. O argumento é de que a administração da maconha pelo Estado neutralizaria o tráfico. Eventuais abusos entre os dependentes seriam tratados como casos de saúde, não mais de polícia.

Resoluto é o bloco dos que abominam a erva. Exige que permaneça proibida, inclusive com leis mais severas, por ser um entorpecente que afeta o cérebro, causa transtornos psicológicos e produz legiões de zumbis. São categóricos em afirmar que o Brasil não pode copiar sistemas liberalizantes do estrangeiro, pois já não consegue cuidar nem das drogas legais, como álcool e tabaco.

## CONGRESSO TEM DOIS PROJETOS

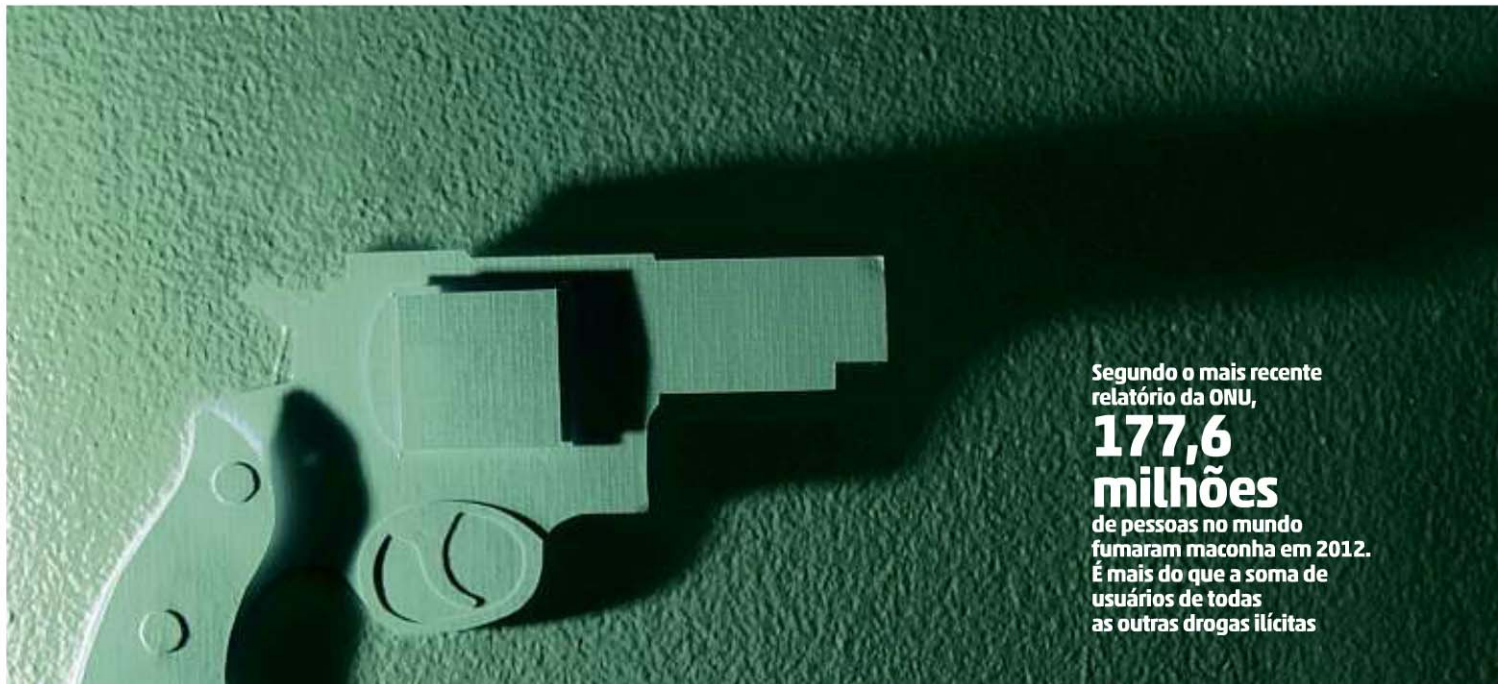
Para qualquer caminho que se aponte, sobram elogios e críticas, em idênticas proporções. Mesmo profissionais de áreas semelhantes discordam entre si. O Congresso Nacional tenta organizar as opiniões que bro-

tam. O senador Cristovam Buarque (PDT-DF), como relator de uma sugestão popular pela regulamentação recreativa, medicinal e industrial da maconha, promoveu audiências públicas, ao longo de 2014, consultando todos os lados. Comenta que foram debates “duros”, mas ilustrativos.

Cristovam tenciona recomendar a regulação dos fármacos derivados da cânabis, para distribuição com fins terapêuticos. Sobre os usos pessoal e industrial (fabricação de tecidos e cordames), a tendência é de que pense melhor antes de se pronunciar.

Na Câmara Federal, o deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ) apresentou projeto mais ousado, sugerindo a legalização plena. Iniciativas parecidas foram abortadas no parlamento, mas Wyllys diz que é necessário impor a discussão. Entende que o país está perdendo a chance de aproveitar o que a planta oferece de bom para medicamentos, têxteis e terapias.

O assunto está posto, e todos os debatedores têm suas razões, como ZH mostra nas páginas a seguir.



Segundo o mais recente relatório da ONU, **177,6 milhões** de pessoas no mundo fumaram maconha em 2012. É mais do que a soma de usuários de todas as outras drogas ilícitas

## Qual é a visão do meio jurídico?

Uma parcela significativa de magistrados acredita que chegou a hora de o Brasil descriminalizar a maconha, a droga ilícita mais consumida no país. O grupo propõe equipará-la ao álcool e ao tabaco. Juiz de Direito em São Paulo, conselheiro da Associação Juizes para a Democracia (AJD) e suplente da diretoria do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, Roberto Luiz Corcioli Filho questiona: por que proibir a erva, estigmatizando o usuário, se a cerveja e a cachaça estão liberadas?

– (O melhor modelo) é descriminalizar e regulamentar o consumo – diz Corcioli, para quem o país “já estaria preparado” para legalizar a cannabis desde a Constituição de 1988, que prevê respeito à vida privada.

Portas estão abertas para essa discussão na mais alta corte. Há pouco mais de um ano, em julgamento

de recurso de dois condenados por tráfico, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso defendeu um debate público sobre a descriminalização.

– O foco do meu argumento não é o usuário. A preocupação é dupla. Primeiro, é reduzir o poder que a criminalização dá ao tráfico. A criminalização fomenta o submundo do poder político e econômico dos barões do tráfico, que oprimem comunidades porque oferecem remunerações maiores que o Estado e o setor privado. Meu segundo questionamento é sobre a conveniência de uma política pública que manda para a prisão jovens de bons antecedentes, que saem de lá graduados na criminalidade – disse Barroso.

O gaúcho Luiz Matias Flach, há cinco décadas lidando com as consequências das drogas, seja como

delegado de Polícia Civil ou como juiz de Direito que foi, ex-presidente do Conselho Federal de Entorpecentes, é cauteloso. Não se “atreveria” a propor a legalização, mas entende que o Brasil deve observar a experiência de outros países, além de estimular o debate interno.

Presidente do Instituto Crack Nem Pensar, Flach lembra que, para a Organização das Nações Unidas (ONU), a maconha segue proibida:

– Não vão conseguir mantê-la proscribita para sempre, mas querem segurar isso o quanto for possível.

Também se manifestando em nome da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (Ajuris), Flach acha que o consumo individual não deveria ser punido. Mas alerta:

– Quando o assunto é drogas, um passo demasiado longo pode significar um retrocesso.

## Vai reduzir a criminalidade?

Policiais no front do combate às drogas discordam sobre o modelo mais apropriado ao Brasil. Para um grupo, a legalização da maconha não reduziria o tráfico e, pior, aumentaria a violência. Para outra parcela, somente a regulamentação da marijuana acabará com as mortes no submundo dos tóxicos.

Um dos contrários é o delegado de Polícia Civil Heliomar Franco. Com a experiência de quem comandou o Departamento Estadual do Narcotráfico (Denarc), afirma que a legalização facilitará o acesso à maconha, aumentando o consumo entre jovens.

– Ledo engano achar que reduzirá a criminalidade – alerta o delegado, que organizou a operação Anjos da Lei para capturar traficantes que rondavam escolas.

Franco também se preocupa com os reflexos no narcotráfico. Acha que, no mercado legal, a erva poderá custar mais, em função dos impostos, das licenças e da pureza do produto. Isso abriria espaço para um comércio paralelo, com a oferta de produtos mais baratos, mas de qualidade duvidosa. Também há o risco de os traficantes se reorganizarem, partindo para entorpecentes ainda mais pesados para compensar a

perda do negócio com a cannabis.

Já o delegado Orlando Zaccone D’Elia Filho, do Rio, está convicto de que somente a regulação, num regime em que o Estado controlaria o plantio, a produção e a venda, poderia diminuir a criminalidade. Secretário da organização Leap (Law Enforcement Against Prohibition) no Brasil, o delegado fluminense observa que a violência não resulta do uso da maconha, mas da proibição que alimenta o narcotráfico.

– As pessoas morrem mais em decorrência da guerra pelas drogas, do que pelo consumo delas – argumenta Zaccone.

## Que efeito teria nas penitenciárias?

De tanto frequentar as sucursais do inferno em que se converteram os presídios, a Pastoral Carcerária Nacional firmou posição: é contra a criminalização da maconha. A entidade está convicta de que a repressão move as engrenagens do encarceramento massivo, que aumentou 450% nos últimos 20 anos. O Brasil já tem 715 mil pessoas atrás das grades – a terceira maior população no mundo, depois dos EUA e da China.

Coordenador da pastoral, o padre carterense Valdir João Silveira inclina-se pela ideia de que a descriminalização poderia aliviar a violência e diminuir o ritmo do aprisionamento. Atualmente, um em cada quatro detentos está trancafiado por comércio ilegal de drogas. A maioria (52%) é de jovens entre 18 e 29 anos, vindos das periferias.

– Este assunto (drogas ilícitas) nos é muito caro – afirma o sacerdote.

O advogado Paulo Malvezzi diz que a pastoral ainda não definiu qual seria o melhor modelo de regulação das drogas. Mas já concluiu que o regime de reprimir e punir faliu. Justamente nos presídios, onde deveriam ser recuperados, os condenados têm fartura de tóxicos.

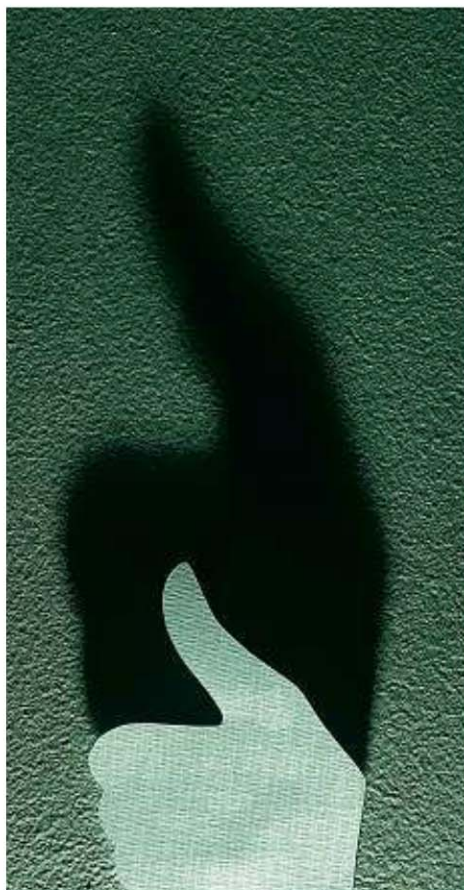
A partir dos relatórios de 6 mil agentes (religiosos e leigos), a pastoral está alarmada com a situação de mulheres presas por tráfico. O contingente cresceu 260% em 10 anos, ante 105% dos homens. Em Estados fronteiriços, elas já representam 80% nas cadeias.

O enclausuramento de mulheres é mais traumático. Laços familiares se rompem, porque elas são apartadas dos filhos. Malvezzi cita outro agravante:

– O sistema prisional não foi pensado para a mulher. Em São Paulo, houve gestantes parindo algemadas.

# Prós e contras

Os caminhos que estão sendo debatidos em torno da maconha



## DESCRIMINALIZAÇÃO DO USO

As pessoas que fumam maconha não seriam punidas pelo uso recreativo. A produção e o comércio continuariam sendo ilegais e combatidos.

## LEGALIZAÇÃO

A maconha seria equiparada a drogas lícitas, como o álcool e o tabaco, com controle pelo Estado. É o que o Uruguai e Estados norte-americanos, como o Colorado, fizeram.

## PROIBIÇÃO

Atualmente, o Brasil proíbe a maconha, com diferentes tipos de punições a usuários e traficantes.

## USO TERAPÊUTICO

Em janeiro, o Brasil aprovou a importação do medicamento à base de canabidiol, sob receita médica e desde que não haja alternativa de tratamento.

## ARGUMENTOS A FAVOR

Países descriminalizaram o uso para tentar reduzir a criminalidade. Também tiveram o objetivo de diminuir os danos à saúde e os perigos do envolvimento com o tráfico.

Se o Estado controla o plantio, a produção e a venda, pode afastar os traficantes do mercado e identificar os usuários. O propósito é diminuir a criminalidade e reduzir os danos a quem usa a cânabidiol. Eventuais problemas seriam tratados como casos de saúde, não de polícia.

Combate um crime e protege a saúde da população contra uma droga nociva. Países que também proibem, como China, EUA e Suécia, conseguiram reduzir o número de dependentes e a violência. A legalização não abalaria o tráfico, pois, apesar de ser a droga mais consumida, a maconha não gera tanto lucro.

O canabidiol mitiga as convulsões e as dores dos pacientes que sofrem de doenças graves. Também vem sendo cogitado para o tratamento de câncer, Mal de Parkinson e outras enfermidades que desafiam a medicina.

## ARGUMENTOS CONTRÁRIOS

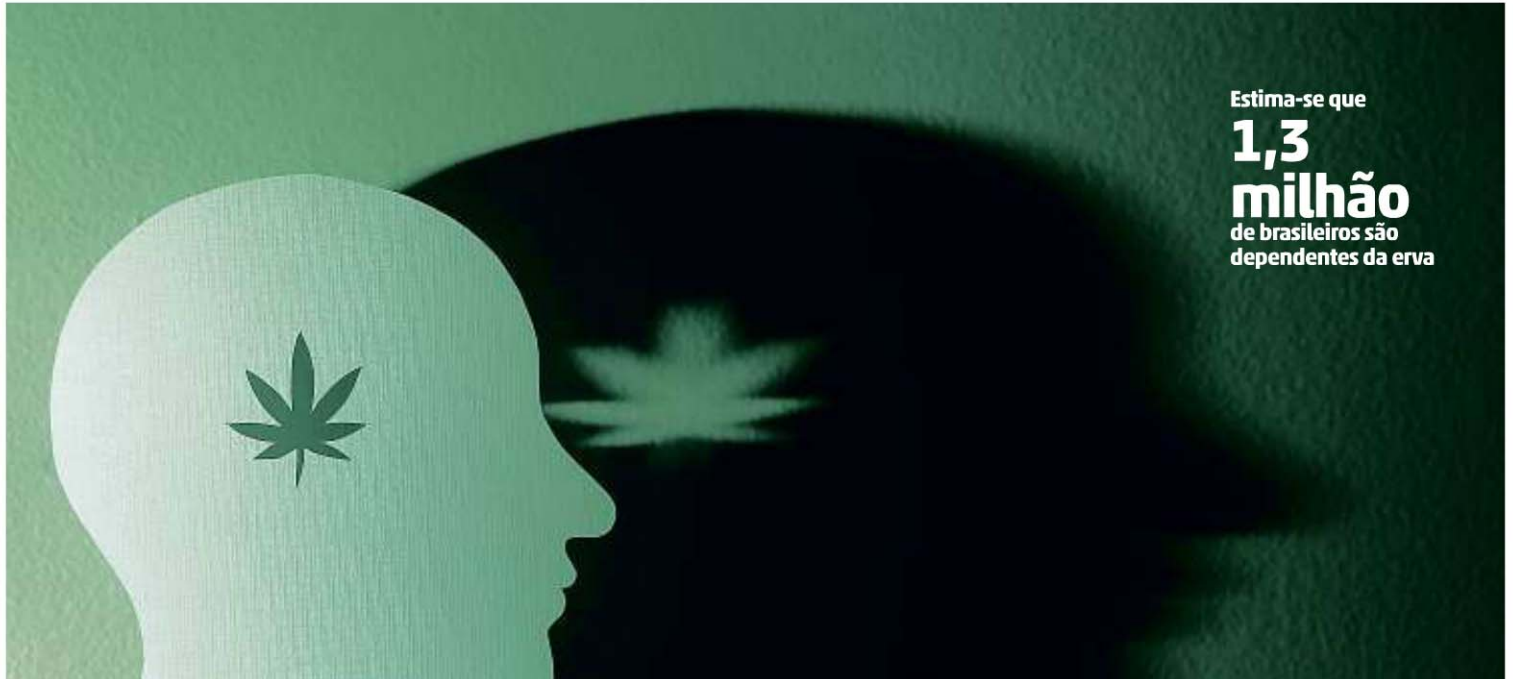
Incentivaria o consumo do entorpecente. A agência regulatória americana FDA (Food and Drug Administration), referência mundial em saúde, é contra a liberação do ato de fumar maconha para fins terapêuticos.

Aumentaria a procura pela maconha em um país que não consegue controlar as drogas legais, como o álcool e o tabaco, consumidas por adolescentes. Não diminuiria a criminalidade – geraria um tráfico paralelo, como já acontece com o cigarro. A legalização passaria a ideia de que a cânabidiol é inofensiva. Mas quem fuma maconha consome quatro vezes mais alcatrão e cinco vezes mais monóxido de carbono do que se fumasse um cigarro.

A repressão elevou o número de prisioneiros, principalmente de jovens de periferias e de mulheres envolvidas com o tráfico. A proibição seria um modelo falido, porque não diminuiria o consumo nem a brutalidade.

Não existiriam pesquisas suficientes que comprovem a eficiência do canabidiol. Nem todos os países desenvolvidos acreditam nos poderes terapêuticos da substância. Acredita-se que há outros remédios mais eficazes.





Estima-se que  
**1,3 milhão**  
de brasileiros são  
dependentes da erva

## O que os médicos pensam sobre a legalização?

Antes de debater qual o melhor caminho para a maconha, a psiquiatra Ana Cecília Marques gostaria que fossem avaliados os efeitos das chamadas drogas legais na saúde dos brasileiros. Alerta que o álcool e o fumo já causam estragos além do tolerável para se pensar na regularização de mais um entorpecente.

– Será que é o momento de se legalizar mais uma droga? Não seria melhor controlar e aprender com as drogas lícitas? – questiona a presidente da Associação Brasileira de Estudos do Alcool e outras Drogas (Abead).

Ana Cecília compara a maconha a um leão solto, do qual não se tem noção do tamanho, da ferocidade e das reações. Afirma que é “ingenuidade” olhar a marijuana sob o prisma dos anos 1960, quando estava associada à contracultura

e aos protestos contra governos autoritários na América do Sul. Não se trata de um psicotrópico inofensivo, assegura ela: – A neurociência atesta que não é uma droga leve. Estamos falando de um psicotrópico que muda não só o indivíduo, também o entorno e o meio.

Posição semelhante é a de Analice Gigliotti, da comissão de dependência química da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP). Ela teme que a liberação aumente o consumo, num país sem estrutura para tratar os dependentes nem deter os prejuízos no aprendizado escolar e no trabalho. Diz Analice:

– Nossa preocupação é mais ampla, pois não fizemos o dever de casa. Não temos fiscalização sobre a venda de tabaco e derivados etílicos. Não teremos como assistir quem irá consumir a maconha.

Outra entidade que congrega psiquiatras, a Associação Brasileira de Alcoolismo e Drogas (Abrad) também não acha recomendável liberar o uso. Seu presidente, Jorge Jaber, adverte que haveria uma corrida de jovens pela erva – não somente os mais esclarecidos, mas sobretudo os pobres e sem perspectivas.

– Contra a maconha, pesa a determinação maldita de que é um veneno – recorda Jaber, que atua há mais de 20 anos no atendimento gratuito a dependentes e suas famílias, no Rio.

Também diretor da Associação Americana de Psiquiatras Administradores (AAPA), Jaber ressalva que poderia ser feita apenas uma concessão, destinada ao emprego medicinal da maconha. Refere-se ao canabidiol, já utilizado para tratar pacientes que sofrem de convulsões re-

sultantes de doenças graves. No entanto, seria em caráter experimental, por dois ou três anos, até aparecerem pesquisas científicas que comprovem a eficiência.

Entre as vozes discordantes no meio médico brasileiro está a de Drauzio Varella, talvez o profissional de saúde mais conhecido do país. Em textos sobre o assunto, ele reconhece que a maconha traz malefícios consideráveis e causa dependência, mas propõe a legalização em razão do fracasso da política de guerra às drogas: “Manter a ilusão de que a questão da maconha será resolvida pela repressão policial é fechar os olhos à realidade, é adotar a estratégia dos avestruzes. É insensato insistirmos *ad eternum* num erro que traz consequências tão devastadoras, só por medo de cometer outros”, escreveu Drauzio.

### DA DIFUSÃO À PROIBIÇÃO

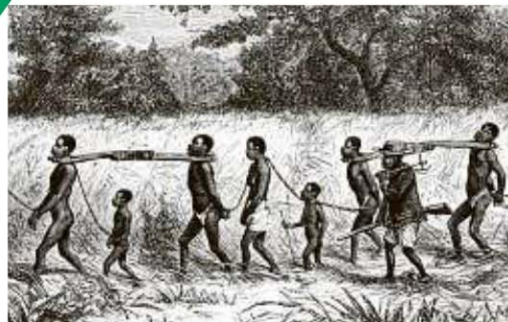
É originária das estepes do Turquestão, na Ásia Central. Seria o primeiro vegetal cultivado pelo homem sem fins de alimento.



O primeiro vestígio de uso da cânabis é encontrado no ano 10 mil antes de Cristo, na China, numa cerâmica com resquícios de cânhamo. Resíduos de uma indústria de tecelagem de fibras de maconha datam de 1.400 antes de Cristo, também na China, na província de Hebei.

Ao desembarcar na América, em 1492, Cristóvão Colombo traz em suas caravelas lonas e cordas feitas a partir do cânhamo.

A planta teria sido introduzida no Brasil a partir de 1549 por escravos negros, que escondem as sementes de cânhamo em buchas de pano, amarradas nas pontas das tangas. É utilizada como lenitivo contra os padecimentos da servidão.



Senhores de engenhos toleram que escravos fumem marijuana nas plantações de cana-de-açúcar. O sociólogo Gilberto Freyre descreve: “Não parece simples coincidência que se surpreendam tantas manchas escuras de tabaco ou de maconha entre o verde-claro dos canaviais”.

Em 1785, a Coroa Portuguesa remete 16 sacas com sementes para plantio de maconha ao porto de Santos, em São Paulo. A finalidade seria mais industrial: cordas e tecidos.

## O que querem os simpatizantes?

Simpatizantes da maconha vão além da descriminalização. O presidente do Instituto Cannabis (ICa), Lucas Oliveira, quer a legalização, numa estrutura em que o Estado regulamentaria desde o plantio até o comércio. Sugere que o próprio governo poderia controlar a produção de tecidos (a partir das fibras da marijuana), de fármacos para tratamento de doenças raras e de cigarros para consumo. Em troca, cobraria taxas e impostos, revertendo o que arrecadasse para a saúde pública.

O ICa nasceu em 2007, criado por alunos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) inconformados contra o que denominam de “perseguição, extorção e preconceitos” aos usuários. Promove cursos e debates sobre as diversas utilizações da cânabis, da industrial à medicinal. Para Lucas Oliveira, o país começa a perceber a necessidade de reavaliar tabus:

– Há um caminho longo a percorrer, mas acredito que não seja difícil de se conseguir a legalização.

Os exemplos do Uruguai, de Estados norte-americanos e de cidades europeias incentivam o ICa, que vem se articulando com grupos similares pelo mesmo objetivo – o de liberar o uso recreativo da cânabis. Desde 2008, os adeptos realizam passeatas nas ruas. Só o ICa organizou seis marchas da maconha em Santa Catarina.

De acordo com o II Levantamento Nacional de Álcool e Drogas (Lenad), realizado em 2012 pelo grupo do psiquiatra Ronaldo Laranjeira, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), cerca de 7% dos brasileiros entre 18 e 59 anos já fumaram maconha.

Na segunda metade do século 19, **chegam ao Brasil as notícias sobre os efeitos hedonísticos e alucinatórios.**

Em parte, são baseadas nas pesquisas de Jacques-Joseph Moreau, da Faculdade de Medicina de Tour, da França. Mas persistia a recomendação de consumir maconha para fins terapêuticos. Em 1888, um formulário médico brasileiro sugere fumar as cigarrilhas Grimault para aliviar a asma, os catarros, a insônia, a roncadura e a flatulência.



Em 1905, **continua a propaganda das cigarrilhas Grimault**, apesar dos alertas de que fumadores constantes vivem num estado de “marasmo e imbecilidade”. No Brasil, a maconha já tinha inúmeras denominações: liamba, diamba, cangonha, pango, gongo, bengue, birra, dirigio, soruma, cânhamo da Índia, fumo de Angola.

## Para sair da guerra

*Drogas fazem mal à saúde. Umhas mais, outras menos. Drogas são diferentes, e algumas têm propriedades terapêuticas, mas as tratamos como igualmente nocivas. Fomos também condicionados a concordar que substâncias que podem trazer danos à saúde devem ser proibidas. Será? Álcool e tabaco são danosos à saúde e produzem grave dependência. Por que não os proibimos? A resposta é simples: porque não funcionaria.*

*Se um produto é demandado por milhões de pessoas, torná-lo ilegal tende a tornar as coisas muito piores. Quando se proibiu a venda de bebidas nos EUA, os traficantes ganharam um mercado e a produção clandestina de álcool metílico cegou e matou milhares de pessoas. As*

*prisões superlotaram, policiais e políticos se corromperam e mafiosos como Al Capone passaram a dar as cartas. Hoje, sabemos que regular a produção e a venda de bebidas e cigarros é melhor do que proibi-los. Aliás, temos reduzido o consumo de tabaco com uma política pública inteligente que mudou padrões culturais. Fumar, que já foi considerado “charmoso”, é hoje um hábito acoçado; uma conquista à qual chegamos, assinala-se, sem contribuição alguma do Direito Penal.*

*O discurso proibicionista oferece o medo para interditar a reflexão, para que não se perceba que ele inaugura o ambiente para o tráfico – fenômeno muito pior do que os efeitos de todas as drogas somadas. Com o tráfico, temos o genocídio de jovens*

*nas periferias. A corrupção compromete as instituições e não apenas as polícias. O encarceramento massivo degrada a execução penal e produz facções criminais perigosas. Os dependentes se afastam dos serviços de saúde e, não raro, são presos como se traficantes fossem. Os recursos policiais são consumidos na “guerra às drogas”, quando poderiam ser aplicados em outras áreas. E, depois de tudo, o que alcançamos é um retumbante fracasso.*

*Há quem estime este resultado e se beneficie dele. As sociedades democráticas, entretanto, com destaque para os EUA, onde vários Estados já legalizaram a maconha, questionam a opção pela guerra. O que elas percebem é que chegou a hora de apostar na paz. Já era tempo.*

**MARCOS ROLIM**  
Jornalista e sociólogo



## Droga e informação

*Infelizmente, sou contrário à liberação da maconha e das demais drogas ilícitas e favorável ao aumento de restrições às drogas lícitas, como o álcool e o tabaco. Digo “infelizmente” pois seria muito mais fácil aceitar a liberação, se isso realmente diminuísse o número de doentes da dependência e as vítimas da violência. A história e a ciência mostram o contrário. Não existe exemplo no mundo de que a liberação das drogas melhore a vida da população. Só piora! Drogas foram legais na maior parte do tempo da nossa civilização. Até que a humanidade compreendeu a sua relação com grandes tragédias pessoais, familiares e sociais, e passou a proibi-las.*

*A maconha, que para seus adeptos*

*é leve, produz mais câncer e danos pulmonares que o tabaco, desencadeia mais psicoses incuráveis que as demais drogas juntas, além de aumentar os suicídios e ser responsável por mais acidentes fatais que o álcool. Sem falar na dependência química e déficit cognitivo permanente. Afirmando isso respaldado por 90% dos trabalhos científicos publicados.*

*Portanto, não é em benefício da saúde pública que desejam liberar a maconha. Tampouco reduziria a violência. A liberação aumentaria o número de casos de compulsão e do uso concomitante de outras drogas. Cresceriam os casos de latrocínios, homicídios por discussões banais, violência doméstica, assaltos e furtos, e não diminuiria o tráfico. O álcool é a maior*

*causa de violência doméstica, justamente por ser legal. O mais grave é que os mesmos argumentos usados para a liberação da maconha serviriam adiante para liberar as demais drogas. Além disso, seus defensores confundem, propositalmente, a omissão do governo em enfrentar o problema com a impossibilidade de fazê-lo. Daí a falsa conclusão de que liberar é a “única solução”.*

*A informação correta em relação às drogas é de alto impacto na prevenção do uso. Na campanha Crack nem Pensar, a RBS colaborou decisivamente para que milhares de jovens evitassem as drogas. Não por acaso, no período da campanha, os homicídios se reduziram no Estado. Depois, voltaram a crescer para números assustadores!*

**OSMAR TERRA**

Deputado federal pelo PMDB, ex-secretário estadual de Saúde



SEGUE

Na década de 1930, em função da cruzada da equipe do doutor Pernambuco, **o governo Getúlio Vargas intensifica a repressão** ao uso da maconha. Em 1933, no Rio, registram-se as primeiras prisões em decorrência da venda clandestina.

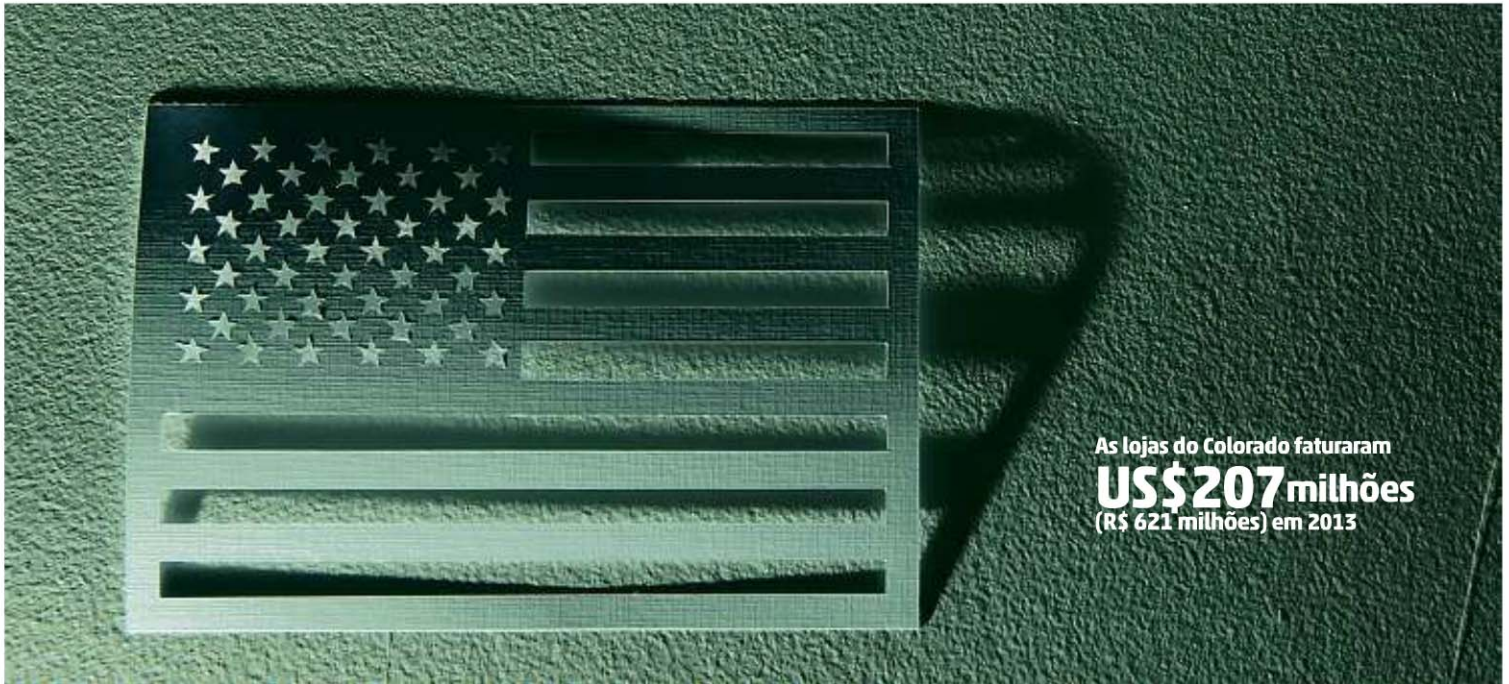


Em 1924, durante a 2ª Conferência Internacional do Ópio, realizada em Genebra (Suíça) pela antiga Liga das Nações, o representante brasileiro, doutor Pedro Pernambuco, alerta sobre os perigos da maconha. Sustenta que a diamba pode ser **mais danosa do que o ópio.**

Em 1938, o governo baixa o **Decreto-Lei Nº 891**, proibindo o plantio, a cultura, a colheita e a exploração da maconha, em todo o território nacional.

Em 1976, surge **outra lei mais dura**: a Nº 6.368 prevê prisão para quem for pegado com qualquer quantidade de maconha.

**A lei em vigor (Nº 11.343), de 2006**, prevê punições distintas para usuário e traficante. Ao primeiro, estabelece três tipos de pena: advertência, prestação de serviços à comunidade ou medida educativa. Já aquele que produz ou vende pode ficar de cinco a 15 anos preso, além de pagar multa.



As lojas do Colorado faturaram  
**US\$ 207 milhões**  
(R\$ 621 milhões) em 2013

## Como funciona nos EUA?

Os Estados norte-americanos do Colorado, Washington, Alasca e Oregon, mais a capital Washington, legalizaram o uso da maconha para os moradores. Além disso, em 23 Estados é aceito o uso medicinal da marijuana, especialmente o canabidiol. A postura liberal contrasta com a trajetória dos EUA, sempre no front da guerra contra as drogas ilícitas, inclusive em outros continentes. Ainda é cedo para conclusões definitivas, mas as primeiras pesquisas indicam que a medida reduziu a criminalidade, os acidentes e os casos de intoxicação por overdose.

Apesar desses resultados, a legalização é alvo de críticas. Na semana passada, relatório da Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes, uma agência da ONU, manifestou preocupação com o processo em andamento nos EUA, afirmando que fere o direito internacional. A agência vem pressionando para que, em nível federal, as drogas continuem ilegais em território norte-americano. E, na quinta-feira, Washington, a capital, restringiu o consumo: não se pode fumar a erva em espaços públicos, incluindo bares e hotéis.

Organização que tenta proteger os jovens em situação de risco, o Center on Juvenile and Criminal Justice (CJJC), com sede na Califórnia, analisou os desastres de trânsito envolvendo motoristas entorpecidos por maconha, durante 2013. Houve queda de 28% no Colorado e de 24% em Washington, Estados que adotaram a legalização em 2012. Enquanto isso, a média dos EUA registrou crescimento de 14%, segundo o estudo do CJJC, publicado em 27 de janeiro.

Os índices de evasão escolar, suicídio, crimes e prisões também estão dimi-

nuindo nas regiões que legalizaram a maconha, mas especialistas advertem que é preciso se acautelar e interpretar outros dados. A presidente da Associação Brasileira de Estudos do Alcool e outras Drogas, psiquiatra Ana Cecilia Marques, observa que a redução do encarceramento é óbvia, justamente por não ser mais um delito fumar a erva.

Ana Cecilia chama a atenção para uma das consequências da legalização que é pouco divulgada. No Colorado, diminuiu a idade dos que experimentam a maconha pela primeira vez. O acesso fácil aguçou a curiosidade, o que pode expandir o número de usuários.

– Houve redução no crime porque não há prisões. Mas e o aumento dos transtornos mentais, dos que buscam as emergências por quadros de psicose, intoxicação, depressão e alucinação canábica? – questiona a psiquiatra.

### FATURAMENTO CRESCEU COM A LEGALIZAÇÃO

Comerciantes autorizados a vender maconha estão lucrando com a legalização. No Colorado, as cerca de 300 lojas credenciadas faturaram US\$ 207 milhões (R\$ 621 milhões), em 2013. Pagaram US\$ 52,5 milhões em impostos, taxas e licenças ao governo. Conforme o fundo de investimentos ArcView Group, a indústria da marijuana poderá arrecadar US\$ 10 bilhões em 2018 nos EUA – cinco vezes mais que agora.

Nos cafés de compra do Colorado, cada consumidor pode adquirir até 28 gramas da erva, ao preço médio de US\$ 300 – quase R\$ 1 mil. Também pode comprar produtos derivados, como balas, pirulitos, pipoca e caramelos.

## O Uruguai pode servir como exemplo?

Nação pioneira, o Uruguai legalizou o plantio e a venda da cânabis em maio do ano passado. De acordo com a lei sancionada pelo então presidente José Mujica, os interessados podem escolher entre três opções: comprar até 40 gramas por mês em farmácias credenciadas, cultivar a própria planta (seis por domicílio) ou se associar a algum clube canábico, em grupos de 45 participantes.

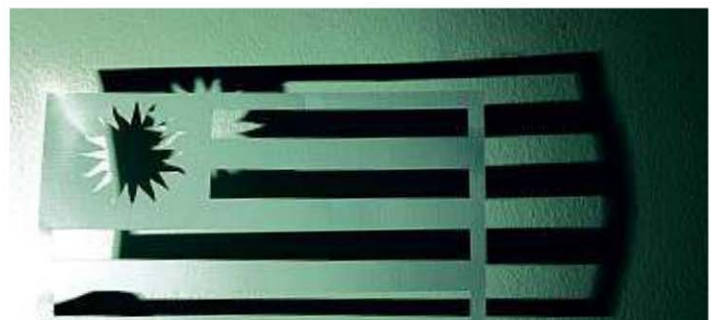
Os efeitos da lei ainda são tímidos. Até agora, só 1,2 mil uruguaios se inscreveram para cultivar a erva em casa – a grande maioria dos que plantam não se preocupa em buscar licença oficial. Os primeiros clubes começaram a surgir no fim de 2014, mas ainda são raros. Já a venda em farmácias não foi implantada – e corre o risco de não sair, pois o novo presidente, Tabaré Vázquez, que é médico, mostrou-se contrário. Mesmo assim, empresas vêm

sendo selecionadas pelo governo para fazer o plantio. Onze estão participando do processo.

Há pressões internacionais para que o Uruguai reveja sua política. Na última semana, a Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes, ligada à ONU, expressou preocupação com a legalização da maconha no Uruguai e informou que vai enviar uma missão ao país para tratar do assunto.

Em uma medida que foi entendida como sinal de mudança de rumo, Tabaré afastou Julio Calzada do cargo de secretário-geral Nacional de Drogas. Calzada era uma espécie de símbolo da nova legislação. Seu substituto, Milton Romani, mostrou que o novo governo vai tratar o assunto com mais cautela.

– Não temos pressa – avisou, ao ser cobrado sobre prazos para a venda de maconha nas farmácias.



Arte: EDU  
Fotos: JEFFERSON BOTEGA  
Design: LEANDRO MACIEL  
E RAFAEL OCANA  
Edição: TÍCIANO OSÓRIO

## A divisão dos países em relação à maconha

### IMPLACÁVEIS

Na **Indonésia**, o presidente Joko Widodo elegeu-se com a promessa de ser rigoroso na aplicação da lei que prevê pena de morte a condenados por tráfico. Widodo assumiu em dezembro de 2014 e, no mês seguinte, mandou seis traficantes para o pelotão de fuzilamento, entre eles o brasileiro Marco Archer Cardoso Moreira. Um outro brasileiro está no corredor da morte, o surfista paranaense Rodrigo Gularte.

A **China** não poupa nem celebridades. Em agosto, prendeu o filho do astro de cinema Jackie Chan, Jaycee, porque estava com 100 gramas de maconha. O rapaz pegou seis meses de prisão (pena considerada leve). Traficantes podem ser condenados à morte por fuzilamento.

Nos **Emirados Árabes Unidos**, fumar um baseado pode render quatro anos de cadeia. Tráfico pode ser punido com sentença de morte.

No **Japão**, mesmo pequenas quantidades podem resultar em cinco anos de prisão. Turistas não vão para a cadeia, mas são deportados e proibidos de voltar ao país.

A **França** e a **Inglaterra** não permitem venda e consumo da maconha.

### TOLERANTES

São os países que proíbem a maconha, mas descriminalizaram o uso pessoal. Na **Colômbia**, a posse de até 20 gramas de cânabís não resulta em detenção ou processo judicial, mas o tráfico é reprimido.

A **Argentina** permite o consumo em local privado, se for de pequena quantidade. Com um histórico de narcotráfico e violência, o **México** aceita o uso moderado.

**Portugal** foi um dos primeiros a descriminalizar o uso. No entanto, a pessoa que for flagrada repetidas vezes pode ser levada a tratamento clínico compulsório.

A **Alemanha** é rigorosa na lei, mas tolera a posse em pequena quantidade. A **Espanha** aceita o cultivo, para uso pessoal, e o fumo eventual em locais particulares.

### LIBERAIS

O **Uruguai** legalizou a maconha, transferiu para o Estado o controle do plantio, da produção e da venda da erva.

Os Estados norte-americanos do **Colorado**, de **Washington**, do **Alasca** e **Oregon**, mais a capital **Washington DC**, legalizaram o uso da maconha. Vinte e três Estados autorizaram o emprego medicinal do canabidiol. O **Brasil** seguiu o exemplo, em janeiro.

Em Amsterdã, na **Holanda**, a venda e o consumo são permitidos em lojas chamadas de coffee shops. Posse de até 5 gramas não é considerada crime. Turistas não podem comprar a maconha legalizada.

No mês passado, a **Jamaica** aprovou uma lei que determina a criação de uma agência para regular o uso medicinal e descriminaliza o porte de até dois gramas. Também permitiu cultivar até cinco pés da erva.



ENTREVISTA | **ILONA SZABÓ DE CARVALHO**

Coordenadora-executiva do Secretariado da  
Comissão Global de Políticas sobre Drogas

## “Proibição geral ou legalização geral não são viáveis”



*Descobrir uma política de entorpecentes que funcione, desativando o estopim da violência e reduzindo os danos aos usuários, é a missão de Ilona Szabó de Carvalho, que monitora as diferentes experiências mundiais como coordenadora-executiva do Secretariado da Comissão Global de Políticas sobre Drogas. Também diretora do Instituto Igarapé, no Rio, Ilona produziu o curta-metragem Faces of Violence – Non-fiction Story, exibido na Assembleia Geral da ONU, e foi roteirista do documentário Quebrando o Tabu (2011), que discute o combate às drogas.*

**Na história recente, nunca se debateu tanto sobre a maconha. Afinal, é um poderoso medicamento ou uma erva maldita?**

Antes de mais nada, a cânabis é uma planta de uso milenar, que somente nas últimas cinco décadas foi colocada na lista de substâncias proibidas da Convenção Única da ONU sobre Entorpecentes, de 1961. Chamá-la de maldita diz muito sobre a estigmatização de quem usa a maconha, antigamente ligada ao imaginário popular das populações negras de escravos libertos, no caso do Brasil. Criou-se ainda, com a proibição, um tabu com relação às drogas ilícitas, e acabamos não explorando o potencial terapêutico que a cânabis tem. Podemos, sim, derivar medicamentos dos canabinoides, e isso tem sido feito.

**E sobre os aspectos negativos?**

Como qualquer outra droga, mesmo as lícitas, há riscos, existe o uso eventual e o abuso. Precisamos informar as pessoas sobre as consequências negativas, prevenir o uso de drogas por adolescentes e jovens, apoiar e tratar aqueles que desenvolvem um relacionamento problemático com esta ou qualquer outra substância. Dependência é caso de saúde, não de polícia.

**Há países que estão liberando o uso da maconha. Outros o proíbem e reprimem. Quem está certo?**

Os dois tipos de abordagem, no fundo, têm objetivos comuns. Os dois lados têm preocupações com a saúde da população, não querem que crianças e adolescentes tenham acesso a drogas, lícitas e ilícitas, querem reduzir o poder do crime organizado. Os países que criminalizam adotam a repressão da oferta e creem ser legítimo empregar a força para manter a proibição. Mas já sabemos que esta “guerra às drogas” falhou: o consumo não baixou, os preços caíram e as consequências negativas da repressão generalizada para a sociedade são maiores do que as consequências do abuso das drogas em si. Já os países que regulam a maconha aceitam que a proibição completa é impossível, que precisamos aprender a conviver melhor com as drogas, reduzindo os danos para os indivíduos e a sociedade. Adotam uma postura que busca diminuir a demanda, por meio de medidas educativas qualificadas, conhecimento científico e diálogo, sem tornar as drogas um tabu. Tratam aqueles que desenvolvem quadros de abuso de substâncias não como criminosos, mas como pessoas

que precisam de atendimento médico. Ao praticar a redução de danos, os que regulam a maconha estão experimentando modelos mais humanos e eficientes para resolver a questão.

**Pode haver meio termo entre liberalização e repressão?**

Sim, claro que há um meio termo. Existe uma falsa dicotomia entre proibição e legalização geral. Nenhuma das duas é viável no mundo real. Como caminho do meio, além da possibilidade de tirar o uso de drogas da esfera criminal, há a opção da regulação responsável do mercado de maconha, modelo adotado pelo Uruguai e por alguns Estados dos EUA. A cânabis não é liberada para qualquer um nem nos lugares onde foi regulada. Apesar de seu cultivo, consumo e venda serem legais, esses modelos têm regras e restrições, e cobram impostos geralmente para investir em saúde e educação. Dessa forma, retira-se o mercado das mãos do crime organizado e ainda se pode exigir de produtores o controle quanto à qualidade da substância fornecida.

**Qual seria o caminho do Brasil?**

O Brasil tem condição de caminhar em direção a experiências que prezem pela redução de danos e pela não criminalização do usuário. Inclusive já se tem feito em pequena escala, como no programa De Braços Abertos, da prefeitura de São Paulo, entre outros. Também podemos começar a pensar como seria uma regulação responsável da cânabis no país, quais reformas seriam necessárias, com a consciência de que isso não precisa ser feito de um dia para outro. Mas, frente a todas as

desastrosas consequências da guerra às drogas para nosso país, uma nova abordagem é urgente e necessária.

**Especialistas acham que a maconha, se o uso for liberado, poderia aumentar a criminalidade no Brasil. Ela aciona o gatilho da violência?**

A afirmação não procede, vide a experiência do Estado americano do Colorado, que viu índices de criminalidade baixarem nesse último ano, desde que regulou a produção e a venda da cânabis. O gatilho da violência é a política de combate, e não a droga em si.

**Por que a maconha desperta posições tão antagônicas?**

Por causa do tabu em torno das drogas ilícitas. Há um receio de que a regulação do mercado seja compreendida como uma mensagem pró-drogas. Não somos a favor disso. Ser pró-reforma da política de drogas atual, que é falida, não quer dizer que você é pró-drogas. Isso tem que ser dissociado, é um tabu a ser vencido. Drogas lícitas e ilícitas podem fazer mal, e precisamos educar e informar a sociedade sobre seus riscos, mas sem viver na utopia de que teremos um mundo sem drogas, pois isso nunca existiu. Precisamos buscar políticas que nos aproximem das pessoas que necessitam de ajuda, e que os riscos e danos do uso abusivo sejam minimizados. O que não podemos mais aceitar é que a sociedade como um todo pague um preço tão alto pela insistência em seguir uma política de combate que nos traz o triste recorde de ser o país com o maior número de homicídios e de ter a terceira maior população carcerária do mundo.